



VIII ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 5, 6 e 7 de dezembro de 2023

BARREIRAS ENFRENTADAS PELAS PESSOAS TRANSEXUAIS PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

**Carla Alessandra Paraguassú de Carvalho¹, Amanda de Alencar Pereira Gomes²,
Juliana Costa Machado³, Ninalva de Andrade Santos⁴, Vanda Palmarella Rodrigues⁵**

Introdução

A transexualidade é descrita como a não identificação com o sexo biológico no momento do nascimento. Nesse contexto, pessoas travestis e transexuais assumem uma identidade contra normativa ao sustentarem uma identidade de gênero não esperada socialmente. Assim, pessoas nascidas com características físicas de um determinado sexo podem se reconhecer e se assumir como de outro gênero. Essa incongruência de gênero pode ter impactos negativos nas vidas dessas pessoas implicando no acesso ao mercado de trabalho formal, aumentando a possibilidade de transtornos mentais, dentre outros danos (Ferreira; Ribeiro; Brito, 2022).

O acesso das pessoas transexuais ao mercado de trabalho é restrito em virtude dos preconceitos enfrentados em diversas áreas da sociedade. Comumente pessoas transexuais vivenciam dificuldades no campo educacional fato que repercute diretamente na desqualificação profissional. Soma-se a isso problemas relacionados com a falta de apoio familiar e outros requisitos necessários para o desempenho de funções específicas no mundo do trabalho (Maidel, 2022).

Há de se considerar ainda que os altos índices de violência psicológica e/ou física perpassam os espaços laborais, fato que evidencia ser a transexualidade um fenômeno multifacetado cujo enfrentamento dos diversos problemas vivenciados pelas pessoas desse grupo requer, dentre outras coisas, a promoção inclusiva no mercado laboral, pois as práticas de dominação no trabalho relegam à marginalização, diferentes atores sociais, incluindo mulheres e população Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+), com prejuízos à qualidade de vida e saúde desses grupos (Cortez *et al.*, 2019).

As diretrizes do Decreto nº 44.484, de 10 de março de 2004, destacam a necessidade da implementação de estratégias para habilitar pessoas transexuais e travestis na inserção do mercado de trabalho. Ademais, definem ainda ações para combater o preconceito e a discriminação direcionada a pessoas travestis, mulheres e homens transexuais evidenciando

que em todas as situações, o uso do nome social, a identidade de gênero e a orientação sexual dessas pessoas devem ser respeitadas (Maidel, 2022).

O Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo destacou a exclusão do ambiente familiar fato que repercute na saída precoce das residências e do sistema educacional por mulheres transexuais e travestis e o envolvimento em atividades como profissionais do sexo como meio de sobrevivência (Silva; Luppi; Veras, 2020).

Por conseguinte, a ausência de oportunidades de trabalho pode levar as pessoas LGBTQIAPN+ a viverem em situação de rua. Ultimamente várias pesquisas sobre essa problemática estão sendo realizadas. Nessa direção, marcos legais como a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs, ambos lançados em 2009, têm influenciado as práticas institucionais do Estado (Medeiros *et al.*, 2020).

Objetivo

Descrever as barreiras enfrentadas pelas pessoas transexuais para inserção no mercado de trabalho.

Métodos

Estudo de revisão integrativa da literatura, realizado nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

O estudo teve como questão de pesquisa: Quais as barreiras enfrentadas pelas pessoas transexuais para inserção no mercado de trabalho no Brasil? Em seguida, foi estabelecida a estratégia PICO: P- população: pessoas transexuais, I-fenômeno de interesse: barreiras enfrentadas no mercado de trabalho, Co: contexto: Brasil.

Foram utilizados os operadores booleanos OR e AND por meio da seguinte estratégia de busca: (*transexuais OR lgbt*) AND (*barreiras OR mercado de trabalho OR emprego*) AND (*brasil OR brasileira OR brasileiro*) AND (*fulltext:("1" OR "1" OR "1" OR "1")*) AND *db:("LILACS" OR "MEDLINE")* AND *la:("en" OR "pt" OR "es")*) AND (*year_cluster: [2018 TO 2023]*).

Estabeleceram-se os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados na íntegra no período de 2018 a 2023, em português, inglês e espanhol, textos completos.

Um total de 673 artigos foram encontrados na busca inicial. Ante aplicação dos critérios de exclusão que foram estudos de revisão, relatos de experiência, literatura cinzenta, livros editoriais, dissertações, teses e monografias, supracitados restaram 486. Após leitura dos títulos e resumos foram selecionados cinco artigos que compuseram o *corpus* deste estudo. Por fim, os estudos foram analisados e agrupados mediante a mesma temática abordada.

Resultados e Discussão

O mapeamento de pessoas trans na cidade de São Paulo em 2021 evidenciou as principais ocupações laborais dessa população. No topo da lista, destacaram-se: profissionais do sexo (34%) entre mulheres trans; cabeleireiras (13%) entre mulheres trans e 1% entre

homens trans. Além disso, vendedores/atendentes representaram 2% entre mulheres trans e 9% entre homens trans, enquanto 3% das mulheres trans e 9% dos homens trans atuaram em control desk/telemarketing. Ambulantes contabilizaram 2% entre mulheres trans e 5% entre homens trans (Maidel, 2022).

Pesquisas evidenciaram que a presença da população transexual no mercado de trabalho formal foi notavelmente baixa, pois apenas 16,7% dos pesquisados tinham esse vínculo de emprego. Os fatores identificados como facilitadores do acesso ao emprego formal incluíam identidade de gênero masculino transexual, 12 anos ou mais de escolaridade, estar sob acompanhamento médico, passar por acompanhamento para processo transexualizador, ter convênio médico particular e não ter antecedentes criminais (Silva; Luppi; Veras, 2020).

Estudo realizado por Maidel (2022) identificou que dentre as pessoas entrevistadas, 58% estavam envolvidas em ocupações informais ou autônomas de curto prazo, desprovidas de formalização; 27% tinham empregos formais com registro em carteira; 10% estavam ligados a atividades como microempreendedores individuais (MEI). Somente uma parcela pequena era composta por profissionais autônomos (3%) e funcionários públicos (2%).

Há de se considerar que, apesar de a prostituição ser classificada como atividade profissional faz-se necessário analisar o porquê essa parcela da população se encontra com mais frequência nas ruas à noite do que em outros ambientes de trabalho. Uma das participantes relatou que se desloca entre a Paraíba e Pernambuco para trabalhar nos programas noturnos, pois além de gostar, encontrou neste espaço uma oportunidade de remuneração para se sustentar destacando que em outros lugares comumente é vítima de discriminação (Oliveira *et al.*, 2018).

Em geral, as práticas violentas na comunidade LGBTQIAPN+ são disseminadas por colegas de trabalho, supervisores, policiais militares, médicos, autoridades estatais e outros envolvidos. Tais situações ocorrem em diversos contextos laborais, como empresas privadas, hospitais, boates, departamentos policiais e instituições bancárias. As principais formas de violência e dominação contra pessoas LGBTQIAPN+ incluem, primeiramente, a violência direta, como agressão física e assédio. Em seguida, há o estigma social, que pode patologizar a diversidade identitária e estar relacionado a maiores probabilidades de problemas com a saúde mental e da infecção pelo vírus da imunodeficiência adquirida/síndrome da deficiência imunológica adquirida (HIV/AIDS). Além disso, a violência institucional é observada ao legitimar a LGBTQfobia, juntamente com a transfobia, que desconsidera a identidade social declarada pelo indivíduo (Cortez *et al.*, 2019).

Por sua vez, é necessário que vários pontos sejam contemplados para o alcance da qualidade de vida das pessoas transexuais, a exemplo da educação qualificada, trabalho formal, segurança pessoal e bom relacionamento interpessoal nos círculos de convivência. Ademais, são necessárias políticas públicas específicas que promovam o devido acolhimento em todos os espaços a esta população, e que também recebam apoio, quando buscarem por trabalho, para que não seja discriminada pelas suas identidades, algo que é tão importante na construção de suas vidas (Ferreira; Ribeiro; Brito, 2022).

Ressalta-se, portanto, a necessidade de mais pesquisas e outros tipos de projetos que desenvolvam ações para a população em situação de rua LGBTQIAPN+ no sentido de garantir mais espaços de debate e luta política para a efetivação de direitos sistematicamente violados, bem como para visibilizar os problemas, desafios e conquistas que essas vidas experimentam, na construção de outras possibilidades de viver (Medeiros *et al.*, 2020).

Essas considerações são respaldadas em diversos estudos que apontam a necessidade de implementar políticas públicas com o intuito de diminuir o estigma e a discriminação, aprimorar o acesso à educação e à capacitação profissional para pessoas transexuais, tornando assim a competição por empregos mais equânime (Silva; Luppi; Veras, 2020).

Conclusão

O estudo mostrou que a dificuldade ao acesso do mercado de trabalho pelas pessoas transexuais está alicerçada em inúmeras barreiras, como déficit educacional, desqualificação profissional, falta de apoio familiar, exposição frequente à violência física e moral, além do preconceito sofrido nesses espaços fato que as levam à desistência da tentativa frustrada de capacitação profissional. Os estudos que compuseram o *corpus* evidenciaram o alto índice de agressão física e assédio, além da patologização da diversidade identitária e a violência institucional juntamente com a transfobia.

O abandono precoce do ambiente familiar e a desistência do sistema educacional, fundamental para capacitação para o mercado de trabalho tem levado mulheres transexuais a se envolverem principalmente em atividades como profissionais do sexo. Nos demais tipos de trabalhos, notou-se ser baixa a presença da população transexual no mercado de trabalho formal.

Ressalta-se a necessidade de promover às pessoas LGBTQIAPN+ a implementação de políticas públicas que diminuam o estigma e a discriminação relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero, e que sejam aprimorados o acesso à educação qualificada e ao mercado de trabalho formal.

Descritores: Barreiras. Brasil. Brasileira. Brasileiro. LGBT. Transexuais. Mercado de trabalho.

Eixo Temático: 1 - A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

CORTEZ, Pedro Afonso; SOUZA, Marcus Vinícius Rodrigues De; SALVADOR, Ana Paula; OLIVEIRA, Luís Fernando Adas. Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. e290414, jun. 2019.

FERREIRA, Fabrício Fonseca; RIBEIRO, Thaís Monielly Sousa; BRITO, Worney Ferreira de. Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, v. 11, p. e3946, jan. 2022.

MAIDEL, Fe. O Transcidadania pode mudar as vidas trans? *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 13-27, jul. 2022.

MEDEIROS, Lis Paiva de; AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; NOBRE, Maria Teresa. Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-16, mar. 2020.

SILVA, Maria Aparecida Da; LUPPI, Maria Aparecida da Silva Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n.5, p.1723-1734, maio. 2020.